



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
BASE DE AVIAÇÃO DE TAUBATÉ
EDITAL Nº 90.012/2026 (Processo Administrativo nº 64009.000023/2026-64)

Justificativa para não separação de cotas ME/EPP

Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se às licitações e contratos administrativos as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. Embora o art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006 preveja a possibilidade de estabelecimento de cota de até 25% do objeto para microempresas e empresas de pequeno porte, a própria legislação admite o afastamento dessa medida quando ela não se mostrar vantajosa para a Administração ou puder representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto, conforme art. 49 da LC nº 123/2006 e art. 10 do Decreto nº 8.538/2015.

No caso em exame, a presente licitação, contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção no carro contra incêndio (CCI) Fênix 4X4 Lavrita de chassi Scania modelo P440.

Nesse contexto, a divisão do objeto em cota principal e cota reservada não se revelam adequada, no presente caso, pelas razões a seguir expostas: Os serviços de manutenção da viatura Fênix constituem um conjunto integrado de atividades (mecânica, hidráulica, elétrica, sistemas de bombeamento, entre outros), cuja execução fracionada comprometeria a padronização dos procedimentos, a rastreabilidade das intervenções e a responsabilização técnica por eventuais falhas. Com a divisão do objeto entre múltiplos prestadores pode gerar incompatibilidades técnicas, falhas de integração entre sistemas e aumento do tempo de indisponibilidade da viatura, o que representa risco direto à eficiência das operações de combate a incêndio e salvamento da Seção Contra Incêndio da Base de Aviação de Taubaté. Além da possibilidade de haver o comprometimento da garantia e da responsabilidade técnica na qual a execução por mais de uma empresa pode prejudicar a garantia dos serviços realizados, dificultar a identificação de responsabilidades em caso de defeitos e comprometer a confiabilidade do equipamento. E por fim, o fracionamento do objeto tende a aumentar custos administrativos (gestão de múltiplos contratos, fiscalização mais complexa) e operacionais, sem ganho de competitividade ou economicidade, afastando a vantagem exigida pela legislação.

Assim, com fundamento no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, justifica-se a não separação de cotas para ME/EPP neste certame, porquanto tal medida, no caso concreto,

poderá representar prejuízo ao conjunto do objeto e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem impedir, contudo, a participação de microempresas e empresas de pequeno porte na disputa geral, em observância aos princípios da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta apta a melhor atender ao interesse público.

PAULO CAVALCANTI DE ARAUJO FILHO – CEL

Chefe da Divisão de Aeródromo da Base de Aviação de Taubaté